

MUDAM-SE OS DIPLOMATAS, MAS NÃO A DIPLOMACIA: O MANDATO DE CARLOS FRANÇA À FRENTE DO ITAMARATY (2021-2022)

DIPLOMATS CHANGE, BUT DIPLOMACY DOES NOT: CARLOS FRANÇA'S TERM AT THE HELM OF ITAMARATY (2021-2022)

Ronnald Barboza Trindade¹
Marcus Arajuam de Oliveira Dezemone²

RESUMO: Este trabalho visa analisar o mandato do chanceler Carlos Alberto Franco França à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2021-2022). Ademais, buscou-se compreender como o ministro teve que lidar com pressões geradas tanto entre o campo ideológico do governo Bolsonaro e o grupo de diplomatas e políticos que prezavam pela retomada dos ideais que nortearam as bases da história da política externa brasileira. Para a realização desta investigação, foram selecionadas históricas obras sobre as relações internacionais brasileiras, diversas matérias dos principais jornais do Brasil e documentos oficiais divulgados por órgãos governamentais acerca de investigações policiais em curso sobre o determinado período. Destarte, compreendeu-se que França não apenas ignorou a “fé” que havia sido depositada pelo *establishment* político em seu nome, mas o mesmo pouco fez para corrigir os rumos de seu antecessor, Ernesto Araújo.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira; Bolsonarismo; Carlos França; Extrema-direita.

ABSTRACT: This study analyzes the tenure of Chancellor Carlos Alberto Franco França at Brazil's Ministry of Foreign Affairs (2021-2022) and how he navigated pressures from both Bolsonaro's ideological wing and diplomats and politicians advocating for a return to traditional foreign policy ideals. The investigation draws on classic works on Brazilian international relations, major newspaper articles, and official government documents on ongoing police investigations. Thus, it was understood that

¹ Graduado em História (UFF). Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0908-718X> Email: ronnaldtrindade@id.uff.br

² Doutorado em História (UFF). Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6612-7018>. Email: dezemone@gmail.com.

França not only ignored the “faith” that had been placed in his name by the political establishment, but he also did little to correct the course of his predecessor, Ernesto Araújo.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy; Bolsonarism; Carlos França; Far-right.



10.23925/2176-4174.35.2025e72092

Recebido em: 18/06/25.

Aprovado em: 20/07/25.

Publicado em: 23/07/25.

Introdução

No dia 6 de abril de 2021, o diplomata Carlos Alberto Franco França tomou posse como novo ministro das Relações Exteriores do Brasil. A cerimônia, realizada a portas fechadas em virtude do contexto pandêmico ainda vigente no país, contou com a presença de um grupo restrito de jornalistas e, principalmente, do então presidente Jair Bolsonaro. Embora tenha ocorrido longe da usual “pompa” que tais eventos costumam ter no Governo Federal, o momento não deve ser considerado de menor relevância. França recebia a chefia do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em substituição do então aliado do presidente, Ernesto Araújo – também presente na cerimônia. Araújo havia se tornado uma figura controversa devido a uma série de declarações polêmicas publicadas nas redes sociais³. O ex-ministro angariou para si um enorme grupo de desafetos – que iam desde políticos brasileiros até diplomatas chineses – fazendo sua saída do cargo praticamente inevitável.

Na época, intensificaram-se as especulações quanto ao perfil que o novo titular deveria apresentar. De um lado, os principais veículos jornalísticos do país afirmavam que Bolsonaro gostaria de ver no ministério outro fiel apoiador de sua ala ideológica, nomes como os embaixadores Nestor Foster ou Luis Fernando Serra. Em contrapartida, diplomatas de carreira, assim como parlamentares vinculados ao chamado 'Centrão', majoritariamente representados pela Comissão de Relações

³ Diversos atritos marcaram a atuação de Araújo. A situação limite que culminou em sua demissão foi a tentativa de vincular a propagação da COVID-19 ao sistema político chinês, ao chamar o vírus de “comunavírus”.

Exteriores do Senado, manifestaram preferência por um nome que contribuísse para afastar as teorias conspiratórias da agenda institucional do Itamaraty. Quanto à escolha do nome de Carlos França, pode-se alegar tal decisão como uma “surpresa” para ambos os grupos, pois não viam no meio midiático muitas informações sobre sua biografia.

Ao longo de seus 30 anos de serviço na carreira diplomática, Carlos França não chegou a chefiar uma embaixada no exterior, sendo conhecido apenas como chefe do cerimonial da Presidência — função que pode tê-lo aproximado de Bolsonaro. De perfil reservado, França tinha em suas mãos a missão de conduzir um dos mais importantes ministérios do Planalto até o final de 2022, em um cenário marcado por polêmicas, expectativas e investigações.

De fato, no decorrer de seus 2 anos de mandato, pode-se dizer que o diplomata conseguiu cumprir com as expectativas do *establishment* político. Com sua chegada, diminui-se o uso das redes sociais como canal oficial de comunicação do Itamaraty. Paralelamente, amplia-se o uso de comunicados oficiais, a participação do chanceler em comissões do Congresso Nacional e sua boa relação com a imprensa. Ademais, os constantes ataques a aliados do Brasil, como China e Argentina, diminuíram. Assim, aparentemente, a tendência histórica do MRE de seguir uma política de Estado e não de Governo, voltava a reinar em sua estrutura⁴.

Todavia, à medida que investigações recentes encontraram materialidade, tal visão positiva acerca da atuação de Carlos França começou a ser contestada. A exemplo disso, houve o episódio envolvendo o jornalista Jamil Chade, no final do ano de 2022, na qual o profissional publica uma matéria no portal de notícias *Uol*, que atestava a existência de um grupo de diplomatas “paralelos” dentro do MRE⁵. Segundo Chade, o grupo tinha como foco obstruir decisões que consideravam danosas para a imagem do Brasil no exterior, seja por meio de atraso no cumprimento

⁴ Exemplo maior dessa afirmação é a expressão pronunciada pelo historiador João Daniel Lima de Almeida “São raros nesse campo, estudos, que enfatizem rupturas. A estabilidade e o continuísmo, tão valorizados pelos diplomatas como instrumentos de poder, são consagrados em expressões como ‘política de Estado’ no neobrocardo de Azeredo da Silveira de que ‘a maior tradição do Itamaraty é saber renovar-se’”. (2023, p.17)

⁵ Para ver mais: CHADE, Jamil. *Como diplomatas tentaram*, de dentro do Itamaraty, conter os atos de Bolsonaro. **UOL Notícias**, 7 de dez. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/07/como-diplomatas-sabotaram-bolsonaro-de-dentro-do-itamaraty.htm>. Acesso em 14 de mar. de 2025

de ordens ou até pelo vazamento de informações para outras chancelarias, impendindo que as ordens dadas pela dupla França e Bolsonaro fossem concluídas totalmente.

Outrossim, esta pesquisa tem como marco inicial a denúncia apresentada pelos historiadores Gabriel Kanaan e Rejane Hoeveler (2021)⁶. A discussão elaborada busca demonstrar que a atuação de França, por mais pragmática que poderia parecer, se esfacelou diante da ideologia bolsonarista e, conseqüentemente, colocou o ministro no centro de controvérsias ao longo de sua gestão, como, por exemplo, as ofensas dirigidas a um grupo de manifestantes durante uma reunião da ONU e a promoção de obras de autores ligados ao ideólogo Olavo de Carvalho na Fundação Alexandre de Gusmão.

Nessa perspectiva, tornou-se nítida a necessidade de efetuar um balanço inicial acerca dos anos em que Carlos França era o principal, porém não único, formulador da política externa brasileira. Tal exercício de maneira alguma busca esgotar o tema, visto que diariamente somos apresentados a novas investigações e demais produções que nos ajudam a interpretar o passado recente da história brasileira. Dessa forma, sendo um trabalho inserido na *História do Tempo Presente*⁷, não é válido perseguir os antigos mandamentos da disciplina histórica - aqueles os quais demandavam que o historiador dispusesse de um espaçamento temporal de seu objeto de pesquisa para melhor compreendê-lo - pois, já é possível encontrar consideráveis fontes que nos ajudem a construir um competente artigo.

No que concerne às fontes a serem empregadas neste trabalho, faz-se pertinente mencioná-las. Em sua maioria, utilizamos como fontes notícias publicadas nos principais jornais do país, pois, é nestes espaços que pensadores e demais especialistas surgem para comentar os principais acontecimentos de determinada política governamental, sendo úteis para sua compreensão. Ademais, no meio midiático, encontram-se as chamadas *notícias em off*, ou seja, informações vazadas sem exposição das fontes. Neste artigo, elas serão essenciais para as denúncias internas acerca da conduta de Carlos Alberto França.

⁶ Para ver mais: HOEVELER, Rejane; KANAAN, Gabriel. *Moderação 'pra inglês ver': Carlos França à frente do Itamaraty*. UOL Notícias, São Paulo. 29 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/12/29/moderacao-para-ingles-ver-carlos-franca-a-frente-do-itamaraty.htm>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

⁷ Para saber mais sobre o campo da *História do Tempo Presente*, ver: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

Por fim, os meios oficiais também terão uma contribuição substancial para esta análise. Destacam-se, nesse contexto, os discursos oficiais do ministro, disponíveis no portal do MRE⁸, bem como o relatório da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado em 2022, que traz informações essenciais sobre o uso das estruturas do Itamaraty e da participação de França no caso.

Desse modo, o presente trabalho está disposto da seguinte forma: primeiramente, é condizente que se faça uma resumida revisão bibliográfica abordando a política externa estruturada pelo governo de Jair Bolsonaro - o qual já conta com uma multiplicidade de interpretações. Em seguida, será abordado o período em que França atuou como Ministro de Estado, entre 2021 e 2022, com foco em suas aparições públicas, discursos e atuação política nacional. Ao final, propõe-se uma interpretação inicial de seu mandato, destacando críticas e pontos positivos.

A ideologia frente à tradição: a política externa do bolsonarismo.

Ao longo das últimas décadas, os muros que separam os escritos de história e os de relações internacionais foram mutuamente se diluindo. Bem verdade, a temática envolvendo o relacionamento entre nações sempre fora alvo do conteúdo de história política - seja pelos assuntos que envolvem líderes, diplomatas ou, em maior escala, guerras. Quando esse estudo se renovou, no final do século XX, lá estava Pierre Milza (1988) indicando os caminhos que os historiadores da área deveriam seguir, apoiando-se nas contribuições de disciplinas como sociologia e a ciência política, porém sem esquecer que a política externa era, em muitos casos, reflexo de decisões internas.

No Brasil, os últimos anos representaram uma expansão de textos que possuem um alto rigor historiográfico acerca da história da diplomacia. Obras como *Política Externa Brasileira: (1889-2002)* (2004), *A Diplomacia na Construção do Brasil* (2017) e *Política externa brasileira: história e historiografia* (2023), são alguns dos exemplos que auxiliam na compreensão, por parte de pesquisadores iniciantes, das bases históricas e institucionais que fundaram e formaram o Itamaraty. Quando a

⁸ Discursos, artigos e entrevistas referentes aos ministros do Itamaraty podem ser encontrados no seguinte sítio eletrônico: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas>.

chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto se tornou real, no fim de 2018, não demorou muito para que observadores notassem mudanças bruscas na histórica condução da política externa do país, isto é, conceitos como o respeito a autodeterminação dos povos e a não-intervenção em nações estrangeiras foram diretamente atacados.

Entre tantas contribuições, cabe destacar primordialmente os textos de Carlos Eduardo Vidigal (2019, 2020). O professor da Universidade de Brasília se destacou no meio acadêmico por ser um dos historiadores que acompanhou com bastante afinco as mudanças bruscas que o MRE sofria naquele período. Segundo Vidigal, os objetivos da nova chancelaria poderiam ser traçados, a partir da análise de suas recentes ações — como a aproximação ideológica com Israel, o esfriamento das relações com a China e os ataques sistemáticos feitos contra o governo venezuelano de Nicolás Maduro. Para o pesquisador, tais mudanças não poderiam ser compreendidas apenas como uma tentativa da nova gestão de se dissociar das políticas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores, processo já iniciado durante a presidência de Michel Temer. Mais do que isso, essas alterações estariam inseridas em um planejamento estratégico voltado ao alinhamento integral com o governo norte-americano, então liderado por Donald Trump.

Ao explorar publicações do chanceler Ernesto Araújo, Vidigal evidenciava a visão do diplomata em relação à administração Trump, a qual via como responsável por resgatar o passado simbólico americano, retomando teses de autores conservadores que enxergavam o dito nacionalismo como indissociável da essência do ocidente. Assim, o presidente americano entrelaçou ideias envolvendo a mistificação, culturalismo e providência divina para fortalecer sua base de apoiadores em torno de seu nome, seguidores esses conhecidos como parte do movimento *Make America Great Again* (MAGA).

Distanciando-se do campo do teórico, tais objetivos foram concretizados a partir do enfraquecimento dos arranjos multilaterais, como, por exemplo, a saída dos EUA da Organização Mundial da Saúde e a subsequente retirada do país do Acordo de Paris, atitudes essas consideradas exemplares pela nova chancelaria brasileira — a qual agora contava com grandes apoiadores do presidente americano. Ernesto

Araújo, inclusive, defendia a proposta de reorientação da política exterior, buscando alinhar-se diretamente ao governo do partido republicano.

Em outra perspectiva, destaca-se a presença regional do Brasil na América Latina, região que sempre ocupou papel central na diplomacia brasileira. Nesse sentido, entre 2003 e 2016, o MERCOSUL foi amplamente utilizado como mecanismo de resolução de disputas e outras questões entre as nações da região. Nesse contexto, a política de integração regional do Brasil também passou por transformações significativas durante a gestão bolsonarista no Itamaraty, que interpretava tais iniciativas como um dos principais pilares da diplomacia adotada pelos governos petistas. Em estudo posterior, afirma Vidigal e Bernal-Meza

Bolsonaro introduziu cinco mudanças na política externa sul-americana do Brasil, em comparação ao período 2003-2016: 1. recolocou o país em uma relação estreita à política exterior norte-americana; 2. retirou seu apoio e logo começou a incentivar - juntamente com o presidente chileno Piñera - um novo agrupamento para substituir a União de Nações Sul-Americanas (Unasul); 3. abandonou o respaldo político ao governo venezuelano, identificando-o como a principal ameaça para a segurança e estabilidade da região; 4. passou a tratar o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como um tema secundário na agenda; 5. reduziu a prioridade que Brasília - desde 1985 - atribuía a Buenos Aires, em favor do Chile, primeiro país a ser visitado pelo novo presidente (2020, p.17).

Essas decisões, sejam no âmbito regional ou internacional, poderiam ser compreendidas como a volta do *americanismo ideológico* (Pinheiro, 2004, p. 65) para ordem do dia do Itamaraty. Contudo, é importante também mencionar outras interpretações que ressaltam o papel do ministro da Economia, Paulo Guedes, na condução do governo Bolsonaro, destacando sua atuação no aprofundamento do neoliberalismo no cenário interno e utilizando a plataforma econômica para

[...] baixar o preço da força de trabalho através das reformas trabalhista e previdenciária, entre outros, para desta forma capacitar o Brasil para entrar nas novas cadeias globais de valor, marcadas pela instalação de indústrias de alta tecnologia no centro e as de baixa produtividade e uso intensivo de mão de obra na periferia (Maringoni; Romano; Berringer, 2021, p.10).

Ao ultrapassar a barreira da análise da factualidade das primeiras ações mencionadas, a pesquisa do historiador Matheus Augusto Goiana de Souza (2022) revelou-se fundamental para embasar um estudo teórico acerca do Ministério das

Relações Exteriores durante este período. Utilizando-se como referência do conceito proposto por João de Cezar de Castro Rocha (2021), chamado *dissonância cognitiva*, que consiste na maneira como indivíduos podem interpretar a realidade a partir de narrativas contraditórias que se encaixem em sua ideologia, Souza buscou refletir como a escolha de Ernesto Araújo representava uma ruptura frente a identidade nacional construída a partir da presença brasileira no mundo. Dessa forma, o historiador afirma que o mandato do diplomata esteve centrado na crença de uma luta anticomunista, resumida no combate contra a hegemonia cultural da esquerda - ideia ainda propagada nos anos recentes por Olavo de Carvalho. Tal conjunto de crenças levou Araújo a efetivar uma prática *quixotesca* contra o suposto “comunismo global” e o chamado *globalismo*, que para o ministro significava um tipo de conexão com a ordem de uma elite global que era perniciosa e deletéria ao país, mas que havia marcado as diplomacias anteriores a sua (Souza, 2022, p.28).

Mais adiante, um marco fundamental para a análise das mudanças subsequentes no Itamaraty que ocorreram a partir de 2021, foi a divulgação de uma carta-manifesto assinada por 300 diplomatas na qual se criticava a atuação de Ernesto Araújo à frente do cargo de chanceler. Ainda segundo Souza, a carta em si não poderia resumir todas as contendas ideológicas que se estruturavam no MRE à época, porém, a reunião das centenas de indivíduos em um mesmo documento demonstrava que Araújo não possuía apoio nem mesmo da ala mais “conservadora” de embaixadores⁹.

Por fim, a literatura especializada neste contexto sempre foi assertiva ao determinar que as relações internacionais brasileiras são formadas para além da atuação dos diplomatas, sendo determinadas também por indivíduos dos mais diversos setores políticos, que estão inseridos neste universo (Carmo; Farias, 2021). Quanto ao grupo político relacionado ao então presidente Jair Bolsonaro isto não seria diferente, e no artigo intitulado *As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira*, David Magalhães e Odilon Caldeira Neto (2024) buscaram analisar como diversos atores políticos brasileiros vinculados à extrema-direita participaram ativamente de

⁹ Embora esse documento seja constrangedor para nossa história diplomática, o mesmo não obteve êxito em forçar a demissão do chanceler de imediato. No entanto, desempenhou um papel significativo ao gerar um clamor na esfera política, sinalizando que havia problemas na condução da política externa brasileira, e selando o fim inevitável do ministro em março daquele ano

eventos internacionais, visando consolidar sua presença no cenário global. Para os pesquisadores, o bolsonarismo em sua face internacional

reproduz práticas e estratégias de sucesso da ultradireita global, se articula com grupos internacionais que fornecem suporte ideológico e material, e alinha narrativas domésticas com pautas internacionais, especialmente as vindas dos EUA. Essa “americanização” da política brasileira reflete-se na adoção de uma gramática política e estratégias da alt-right (alternative right) americana, como a guerra cultural e a defesa de valores conservadores (2024., p.106).

Um exemplo marcante do avanço da ultradireita em escala global é a expansão do grupo conhecido como *The Movement*. Liderado pelo estrategista de Trump, Steve Bannon, a organização possui como objetivo principal a criação de novas lideranças de direita ao redor do mundo. Nesse sentido, ficou a cargo de Eduardo Bolsonaro, deputado federal brasileiro e filho do presidente, assumir a chefia do movimento na América Latina, indicado pelo próprio Bannon. Além disso, Eduardo aumentou sua influência nesta esfera ao participar dos eventos conhecidos como a *Conservative Political Action Conference* (CPAC) ao redor do globo, mas, principalmente, por ser o organizador da versão brasileira da reunião, nos anos de 2019 a 2024. O diálogo com partidos políticos de extrema-direita também foi uma atividade exercida pelo próprio presidente, o qual recebeu inclusive políticos do partido alemão *Alternativa para Alemanha* (AFD, na sigla original) em seu gabinete, em 2021. Nestes poucos exemplos, tornam-se evidentes as intenções do bolsonarismo não apenas de participar ativamente da ascensão política de agentes alinhados à sua causa, mas também, em determinado momento, de assumir a liderança dessas questões em âmbito regional.

A análise das referências evidencia uma significativa mudança ideológica nas relações internacionais do Brasil até então. Vale ressaltar que as diferentes orientações políticas dos chanceleres, até este momento, nunca representaram um obstáculo para o cargo, uma vez que o concurso público permite o ingresso de diplomatas com base no mérito próprio e não em sua ideologia. No entanto, os servidores do MRE, que estavam na época sob a liderança de Ernesto Araújo, aparentavam plena consciência de que estavam direcionando a diplomacia brasileira para um viés estritamente ideológico, comprometendo uma política pública

historicamente respeitada em favor da orientação conservadora e conspiracionista promovida por Olavo de Carvalho e seus seguidores. Seja pela mudança drástica de direcionamento do ministério, na concepção errônea de teses historicamente estabelecidas nas relações internacionais, ou pelo ataque constante a possíveis aliados no campo político do Congresso Nacional, tais atitudes não devem ser examinadas de maneira supérflua. Esse era o plano que orientou o processo de “olavização” do Itamaraty”¹⁰.

Carlos França: acomodação ou negociação política?

Como discutido no início deste trabalho, a escolha pelo nome do novo chanceler estava centrada, em grande medida, na indagação de que o novo ministro indicado pertenceria à mesma corrente ideológica de Ernesto Araújo, ou, em oposição, priorizaria o pragmatismo, considerado marca histórica dos chanceleres brasileiros. Para melhor discutir a correlação de forças que estiveram presentes na escolha de Carlos Alberto França como ministro das relações exteriores, é valioso tecer um olhar crítico acerca do seu discurso de posse. Para esta análise é possível considerar o mencionado discurso atrelado a conceitos da história política, conceitos estes que já se atentaram para momentos históricos similares ao analisado.

Neste discurso, que durou por volta de 10 minutos, França determinava as principais urgências que seu ofício deveria enfrentar: a urgência no campo da saúde, da economia e a do desenvolvimento sustentável. Destarte, pode-se afirmar que o tripé estabelecido pelo novo chanceler agradava às partes opostas. Em meio a persistência da pandemia de coronavírus no Brasil, o novo chanceler buscava se distanciar de Araújo ao propor uma *diplomacia da saúde*

As missões diplomáticas e consulados do Brasil no exterior estarão cada vez mais engajadas numa verdadeira diplomacia da saúde. Em diferentes partes

¹⁰ É importante destacar que esse “plano” não partia apenas do ministro Ernesto Araújo. O assessor para assuntos internacionais da presidência, Filipe Martins, era um fiel seguidor do autointitulado filósofo e desempenhava papel fundamental no governo Bolsonaro. Em sua participação no episódio 96 do podcast *Guten Morgen*, originário de um site o qual Martins era também colaborador, o militante digital destacava que o Brasil havia sobrevivido a um ataque da ordem *globalista*, que refletia uma tentativa de usurpação da soberania de países democráticos feita por organizações mundiais. Além disso, para o internacionalista, o Brasil devia se aproximar de nações *soberacionistas*, termo citado pelo assessor para classificar os eventos de 2016, como o *Brexit* e a eleição de Donald Trump para a Casa Branca.

do mundo, serão crescentes os contatos com governos e laboratórios, para mapear as vacinas disponíveis. Serão crescentes as consultas a governos e farmacêuticas, na busca de remédios necessários ao tratamento dos pacientes em estado mais grave. São aportes da frente externa que podemos e devemos trazer para o esforço interno de combate à pandemia. Aportes que não bastam em si, mas que podem ser decisivos (França, 2021, s/p).

De maneira semelhante, é relevante sua abordagem à problemática das questões referentes às mudanças climáticas, objetificando a condução do Brasil de volta à vanguarda de protagonista nas questões ambientais - visão esta que era bem diferente dos ministros restantes do governo Bolsonaro -

Temos a mostrar uma produção agropecuária que, além de ser capaz de alimentar o planeta, tem a marca da sustentabilidade. Quarenta anos de investimentos em ciência nos permitiram produzir mais com relativamente menos terra e com melhor uso do solo. Quem importa alimentos do Brasil, Presidente Bolsonaro, importa tecnologia. Temos a mostrar, ainda, uma legislação ambiental – o Código Florestal – que é das mais rigorosas do mundo. Ou uma Contribuição Nacionalmente Determinada, ao amparo do Acordo de Paris, que é das mais ambiciosas dentre os países em desenvolvimento (França, 2021, s/p.).

Na mesma fala, Carlos França aponta para questões basilares de cunho econômico e ideológico. Neste caso, representadas pela atuação em favor do aumento de geração de empregos concomitante com o aumento de vacinas, no qual elogia a atuação do presidente nesta questão. Em sintonia com a questão econômica estava a intrínseca defesa da entrada do país na OCDE, categórico objetivo da agenda de Bolsonaro desde o início de seu mandato. Por fim, cabe destacar o seguinte trecho: “O Brasil sempre foi ator relevante no amplo espaço do diálogo multilateral. Isso não significa, como é evidente, aderir a toda e qualquer tentativa de consenso que venha a emergir, nas Nações Unidas ou em outras instâncias” (2021, s/p.).

Para a investigação proposta aqui, o registro pode representar de maneira sucinta uma noção de *acomodação* dos campos do bolsonarismo (dissenso dos órgãos internacionais) com o *establishment* diplomático (multilateralismo brasileiro) em prol da escolha do nome de Carlos França para chefiar o MRE. O termo, referente ao trabalho de Rodrigo Patto de Sá Motta (2016), visa compreender por qual meio a Ditadura Militar (1964-1985) permitiu que intelectuais e críticos alinhados aos militares

se estabelecessem em funções-chave, desde que adequassem suas opiniões - a exemplo de reitores universitários. Assim, ganhava a Ditadura, em matéria de legitimidade ante a presença de pensadores na máquina governamental, esses os quais, poderiam preservar suas pesquisas, bem como resguardar amigos de prisões arbitrárias e/ou do exílio. Sem desconsiderar as particularidades do caso, é possível aplicar conceito semelhante para discorrer sobre certos indivíduos que decidiram embarcar no governo Bolsonaro. Necessário ressaltar que, embora o governo Bolsonaro não tenha ocorrido em contextos de uma ditadura propriamente dita, foi um período político que contou com a presença de simpatizantes do golpe de 64 em sua cúpula e organização.

Não obstante, para além da teoria política, não se pode desprezar o contexto que o governo Bolsonaro enfrentava. É importante ressaltar que este momento da democracia brasileira também marcou uma importante reforma ministerial. Na Nova República, as trocas de ministros por indicados do Congresso são comuns, ocorrendo conforme as conjunturas políticas de cada presidência. As reformas ministeriais visam acomodar parlamentares em troca de apoio na aprovação de projetos importantes para o Governo nas casas legislativas do país. Contudo, até 2021, Jair Bolsonaro acumulava cerca de 74 pedidos de abertura de processos de impeachment, e sua desastrosa atuação na pandemia de COVID-19 reacendeu a possibilidade de ter um dos pedidos avaliados. Em prol de barrar tais impedimentos, o presidente acatou recomendações do Congresso, e decidiu pela troca de mais 5 ministros¹¹, além da mudança no comando do MRE. Decerto, não fica evidente o quanto a saída de Araújo apressou o processo de uma reforma ministerial, ou se o nome do diplomata estaria inserido nas vindouras mudanças, não fosse a pressão de parlamentares.

Apesar disso, o que pode ser facilmente percebido é o contentamento com que políticos receberam Carlos França. Algumas semanas após sua posse, o ministro foi chamado para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e apresentou as metas e objetivos do Itamaraty para o ano de 2021. Na ocasião, França ressaltou o uso do diálogo e da convergência em sua futura atuação, sem deixar de lado elogios a conduta do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia - o que

¹¹ BOLSONARO oficializa reforma ministerial com seis mudanças, saiba quem entra e quem sai. **G1**, 29 de mar. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/bolsonaro-oficializa-reforma-ministerial-com-seis-mudancas.ghtml>. Acesso em 23 de mar. 2025.

agradou parlamentares presentes na reunião e fez com que o presidente de sessão, o político Aécio Neves, o elogiasse, indicando as expectativas que o mandato do novo chanceler traria e confiando a ele o resgate das melhores tradições da política externa brasileira. Como se não bastasse, França contou também com a afeição de congressistas, tanto da base como da oposição, figuras de deputados como Paulo Fernandes dos Santos (PT) e Eduardo Bolsonaro (PSL), este último apontado como principal articulador de sua indicação ao MRE.

O que se viu a partir de então, foi um verdadeiro “misto” de sentimentos frente à atuação do novo chanceler. De um lado, o relacionamento com a China retornou aos parâmetros correntes, o Brasil voltou a participar ativamente dos debates que envolviam o MERCOSUL - e o acordo deste com a União Europeia - e por fim, Carlos França foi tido como o protagonista político que afastou ideólogos mais proeminentes do Itamaraty. De outra perspectiva, a atuação do chanceler não esteve longe de polêmicas. Em setembro daquele ano, o chanceler deu pouca ênfase à formatura da turma José Jobim do Instituto Rio Branco, nome este escolhido em homenagem ao diplomata morto pela Ditadura Militar em 1979. França, inclusive, chegou a oferecer uma pífia estrutura do Estado brasileiro para a cerimônia, não estando o evento sequer catalogado na agenda oficial do Governo. Esta atitude foi interpretada pelos demais servidores como uma forma de “abafar” o protesto realizado pelo grupo de alunos.

No mesmo mês, o ministro partiu para um dos considerados momentos mais céleres de nossa diplomacia: a reunião anual da ONU. O evento, que possui sede em Nova York, serve como uma fonte de encontros entre chefes de Estado e, constantemente, o Brasil tem a oportunidade de iniciar os discursos que permeiam a reunião. Infelizmente, tal organização fora objeto de ataques constantes pelo governo brasileiro. Em um dos ataques, inclusive, o presidente eleito mencionou uma possível saída do país como membro da organização¹². Quanto a participação de Bolsonaro nos anos anteriores, seu discurso se resumiu em polêmicas, declarando que o Brasil estava à beira do socialismo quando iniciou seu mandato em 2019. Em 2020, com o avanço da pandemia de COVID-19, o presidente não deixou de criticar seus opositores, afirmando que havia uma exagerada propagação de notícias falsas quanto

¹² **VEJA.** Bolsonaro defende saída de conselho da ONU após apoio a Lula. *Veja*, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-saida-de-conselho-da-onu-apos-apoio-a-lula>. Acesso em: 23 mar. 2025.

a sua conduta. Nesta mesma fala, o ex-capitão do exército polemizou ao retratar uma suposta luta contra a *cristofobia*, baseado em atritos que o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, havia se envolvido com a Igreja Católica.

Quanto ao texto que possuía influência do novo ministro, editoriais das principais agências de notícias não deixavam de destacar sua expectativa. Segundo o portal *Gazeta do Povo*, o tripé do discurso do presidente Bolsonaro seria o combate à crise sanitária da pandemia de Covid-19, a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a preservação do meio ambiente - um tipo de agenda positiva para o Brasil.

Na prática, o texto foi marcado por mais uma série de problemáticas. Na fala, Jair Bolsonaro distorceu informações para exaltar a política ambiental e o desempenho da economia brasileira durante o seu governo. Sobre a questão sanitária, o presidente se mostrou contra o que alegava ser um “passaporte sanitário”, que conferiria benefícios às pessoas que se vacinassem contra a Covid-19, e defendeu o uso de medicamentos de ineficácia comprovada para tratar da doença - como a ivermectina.

Como era de se esperar, tais polêmicas se tornaram assunto na imprensa nacional e internacional. Jornais como o *New York Times* e *The Washington Post* ressaltaram a presença do presidente “não-vacinado” na assembleia como uma figura que tentava mostrar-se como um contestador dos ritos burocráticos, mas, que no final, permanecia apenas isolado na cúpula. Enquanto isso, no Brasil, senadores dos partidos de oposição declararam o quanto o país havia, mais uma vez, sido mal representado internacionalmente, em razão do presidente brasileiro ser o único do grupo do G20 contrário à vacinação. Por sua vez, a base aliada rebatia as críticas afirmando que o chefe do executivo, na realidade, defendia a autonomia das relações entre médicos e pacientes.

Sob a tutela de Carlos França, as críticas poderiam recair principalmente na produção de um texto semelhante ao de seu antecessor. No entanto, sua presença também ficou marcada por um incidente na qual, ao lado do ministro da saúde Marcelo Queiroga, confrontou manifestantes de forma agressiva, reproduzindo gestos obscenos e xingamentos. A filmagem, amplamente divulgada na imprensa, gerou

indignação no corpo diplomático, que esperava uma postura mais moderada do novo chanceler.

Os meses finais do ano de 2021 ainda contaram com a irrisória participação do Brasil na LIX Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, liderado *pro tempore* pelo país. A ocasião marcava a comemoração dos 30 anos de consolidação do bloco econômico, porém, pouco se tratou da questão por parte do Estado brasileiro. De fato, pode se entender que por mais que as trocas econômicas entre os países participantes tenham aumentado consideravelmente, o Brasil ainda mantinha suas perspectivas econômicas atreladas a possíveis ajudas, vindas dos Estados Unidos, para a inserção do país na OCDE, o que gerava um descontentamento regional. Assim, o ano se encerrava com infeliz perspectiva, em manutenção dos vexames internacionais promovidos pelo presidente, sua trupe e seu novo ministro.

2022: eleição, golpe e passagem de cargo

Em abril de 2022, Carlos França era mais uma vez convidado ao Senado para tratar dos assuntos que debatiam sobre sua administração. Na ocasião, a fala do ministro buscava retratar tanto seu primeiro ano enquanto chanceler brasileiro, bem como as expectativas do MRE para o ano de 2022. Inicialmente, o diplomata procurou esboçar, em seu discurso, seu contentamento ao dialogar cotidianamente com o Senado brasileiro, elencando esse como um pilar da sua gestão à frente do Itamaraty. França também tentou traçar um olhar positivo sobre sua conduta nos doze primeiros meses de sua gestão, avaliando que o Brasil disponibilizou os recursos financeiros, diplomáticos e humanitários para que o tripé de atuação, estabelecido no início de seu mandato, fosse alcançado. O chanceler também lembrou de sua atuação em prol de acordos firmados com países produtores das vacinas contra a COVID-19, como EUA, Reino Unido, China e Índia¹³. Por fim, no que tange ao conflito entre Ucrânia e Rússia, Carlos França ressaltou o papel conciliador desempenhado pela história diplomática brasileira, destacando que, embora as questões humanitárias

¹³ Importante ressaltar que as relações com este último país tinham se estremecido devido à denúncia acerca de problemáticos contratos firmados com a empresa Bharat Biotech, conhecido também como o caso da *Covaxin*.

envolvendo a Ucrânia fossem, de fato, alarmantes, uma solução satisfatória não seria alcançada por meio de sanções econômicas desproporcionais impostas a um único país, no caso, a Rússia.

A posição positiva do ministro se diferenciava consideravelmente das atitudes do presidente da República. Em 2022, Jair Bolsonaro se concentrou muito mais em questões internas do que externas, devido à chegada do ano eleitoral. Dessa forma, no âmbito internacional, sua ausência foi notada em importantes eventos, como a reunião do G20 e na 60.^a edição da reunião do Mercosul, ambos momentos em que o Brasil foi representado apenas por França. Entretanto, Bolsonaro marcou presença na reunião da ONU daquele ano, marcando o que seria o seu quarto e último discurso como presidente do Brasil. Nesta ocasião, o texto aparentava a realização de uma diplomacia positiva, ressaltando o desenvolvimento sustentável e a promoção de políticas públicas. Todavia, o que parecia ser uma correção de rotas se tornou rapidamente um palanque para a sua promoção política, e logo de imediato, Bolsonaro fez questão de atacar o ex-presidente e futuro adversário, Lula

No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país. Somente entre o período de 2003 e 2015, onde a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e em desvios chegou a casa dos US\$170 bilhões de dólares. O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade. Delatores devolveram US\$1 bilhão de dólares e pagamos para a bolsa americana outro bilhão por perdas de seus acionistas. Esse é o Brasil do passado (Bolsonaro, 2022, s/p).

Outrossim, em consonância com a *cristofobia* abordada no discurso do ano anterior, o presidente brasileiro, ao final de seu discurso, fez referência à luta pessoal e de seus apoiadores, não apenas pela garantia de uma “liberdade de expressão” irrestrita, mas também pela afirmação do protagonismo da liberdade religiosa na agenda dos direitos humanos, mencionando, de forma explícita, a Nicarágua e os ataques a sacerdotes e igrejas perpetrados naquele país. Ainda houve um momento para saudar seu discurso de campanha, em defesa da “família, contra o aborto e a ideologia de gênero”.

Voltando para o Brasil, a questão internacional pouco contribuiu para ajudar Jair Bolsonaro em sua busca pela reeleição. É notório lembrar que, após a derrota de

Donald Trump na eleição americana de 2020, o presidente brasileiro perdeu seu maior aliado e, mesmo com as ditas “relações internacionais” estando contrárias ao seu ímpeto - aqui relembra-se o vexame de quando o primeiro-ministro de Portugal preferiu encontrar-se com o candidato a presidência Lula do que o vigente líder do país durante a comemoração de 200 anos de independência do Brasil - , isso não significou que o ex-militar não teria planejado se utilizar de toda estrutura do Itamaraty para seus planos pessoais.

Como mencionado em momento anterior neste artigo, Carlos França não monopolizava as decisões referentes à política externa brasileira. De igual forma, a subserviência quanto às pautas “essenciais” para a concretude do bolsonarismo não dependiam de sua aceitação ou nem sequer participação para serem tomadas. A exemplo, durante estes anos, se tornou prática comum Bolsonaro reunir seus ministeriais em momentos nos quais seu governo se encontrava em “crise”¹⁴. Um desses encontros ocorreu em julho de 2022, ocasião em que o chanceler brasileiro não esteve presente, pois se encontrava em missão oficial durante a reunião do G20. Contudo, isto não significou que o Itamaraty não foi representado. Na ocasião estava Fernando Simas, o secretário-geral do órgão, e André Chermont, chefe do cerimonial da presidência, os quais em nenhum momento contrariaram as ideias proferidas pelos presentes, que abrangiam desde a tentativa de impedir a candidatura de Lula à presidência até o início do planejamento de um golpe de Estado. A divulgação das imagens mais uma vez causou espanto no corpo diplomático brasileiro, pois, não se efetivaram denúncias acerca do episódio pelos servidores citados. Sem uma nota oficial por parte da instituição nem de seu ministro, coube a Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB), publicar um comunicado que afirmava o “repúdio a movimentos destinados a subverter a ordem democrática e os princípios do Estado de Direitos” (2024, s/p).

Infelizmente, este não foi o único momento em que as estruturas do Ministério das Relações Exteriores serviram de sustentáculo fiel para Jair Bolsonaro e sua cúpula. Entre 2018 e 2021, a Fundação Alexandre de Gusmão, braço intelectual e editorial do ministério, foi chefiada pelo embaixador Roberto Goidanich e, durante seu

¹⁴ Inicialmente secretas, essas reuniões logo se tornaram públicas, à medida que o Supremo Tribunal Federal avançava nas investigações destinadas a examinar o conteúdo antidemocrático disseminado pelo Governo.

mandato, as denúncias que a FUNAG havia servido como um verdadeiro *bunker olavista* aumentaram significativamente. Sob essa gestão, a instituição promoveu palestras de caráter anticientífico e conservador, incluindo uma com conhecidos disseminadores de informações falsas sobre o cenário pós-pandemia, além de outras que abordaram o aborto, tratado como “assassinato intrauterino”. Quanto às publicações, essenciais para os estudiosos das relações internacionais brasileiras, seu número foi reduzido, passando de 92 obras publicadas entre 2017 e 2018 (na era Temer) para apenas 68 entre 2019 e 2021¹⁵. Além disso, a temática abordada durante os anos de gestão de Goidanich também representa uma drástica mudança: ao se distanciar de tópicos que variavam entre a perspectiva de jovens diplomatas e as relações do Brasil com países da Ásia e da África, a administração de Goidanich, vinculado a Olavo de Carvalho, promoveu a publicação de textos voltadas para o período Imperial do Brasil e para a família monárquica do país.

A explicação dessa relação merecia um estudo próprio, porém, uma interpretação plausível poderia ser a proximidade na qual o Brasil comemorava a data que representa sua independência, todavia, não seria de se surpreender se em determinado momento houvesse ocorrido um tipo de “barreira ideológica” promovida pelo chefe do departamento quanto às publicações do órgão. Além disso, o deputado federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança, descendente de Pedro II, era próximo da cúpula que havia assumido o Itamaraty à época, o que pode originar interpretações que destacam a ligação entre o político com o grupo Brasil Paralelo e o Governo Federal. A produtora de vídeos, cujo objetivo é promover o conteúdo conservador no país, possui uma vasta produção acerca do período monárquico brasileiro, estabelecendo este como um momento de amplo prestígio internacional enquanto a República, enfim, poderia ser considerada a origem de todos os males do país desde então. As polêmicas aqui se concentraram majoritariamente a partir da obra de Evandro Fernandes de Pontes (2022), o qual buscou estabelecer em seu livro a proeminência da família real em estabelecer o sistema republicano, questão essa que para a historiografia é, no mínimo, irreal.

¹⁵ Tais dados constam na seção de “Dados abertos” mantidos pelo site da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.

Incontestavelmente, o chefe do executivo brasileiro, com aparente apoio de seu grupo político, provocou uma das maiores controvérsias de seu mandato durante a tentativa de reeleição com base nas estruturas do MRE. No dia 18 de julho de 2022, uma segunda-feira, o presidente reuniu no Palácio do Planalto cerca de 70 diplomatas dos mais diversos países com embaixada no Brasil. Bolsonaro, então, produziu uma apresentação que atacava as urnas eletrônicas, o STF e supostos observadores internacionais. Além disso, sem apresentar provas, informava que as eleições de 2014 e 2018 haviam sido roubadas e questionava sua possível derrota na vindoura disputa eleitoral, visto encontrar grande simpatia do povo por onde passava. No encontro, estavam embaixadores mais e menos afeiçoados pelo então presidente, mas a reação fora uníssona: Bolsonaro havia usado as estruturas governamentais em prol de proferir seu discurso conspiratório acerca da eleição brasileira. Tal reunião foi gravada pelo órgão estatal TV Brasil, e a mídia só pôde estar presente se concordasse em não se manifestar e exibir a reunião na íntegra. O presidente não teria produzido tamanho evento sem ajuda. Como aponta reportagem do *G1*, estavam presentes ao menos na reunião os ministros da Defesa, Casa Civil, Secretária Geral e do Gabinete de Segurança Institucional. Quanto ao seu chanceler, o mesmo afirmou que apenas estava recebendo ordens para implementar a reunião.

Até aquele momento, não havia explicação plausível para a construção de tal evento. Porém, à luz da descoberta de uma minuta golpista, no início de 2023, e uma subsequente investigação produzida pela Polícia Federal anos mais tarde, edificou-se um caminho interpretativo da ação. Para os investigadores, uma grande preocupação que pairava sobre as mentes de Bolsonaro e seu ciclo era que um vindouro golpe não encontrasse respaldo no ciclo internacional, principalmente dos EUA, tornando o país isolado economicamente. Dessa forma, com base em notícias falsas, implantadas entre os anos de 2019 e 2022 - as quais difundiam errôneas teses da existência de fraudes no sistema eleitoral brasileiro, o plano, orquestrado pelo militar Walter Braga Netto, buscava conquistar um ar de legalidade frente aos chanceleres a partir da reunião. A investigação ainda aponta que, se o golpe obtivesse sucesso, o próximo passo seria a formação de um grupo para divulgar teorias conspiratórias sobre a fraude eleitoral de 2022 na mídia internacional, alegando que o impedimento da chapa Lula-Alckmin visava apenas a defesa da ordem e a convocação de novas eleições.

A investigação mostrou que a reunião com os embaixadores não havia sido construída inesperadamente. Segundo os investigadores, o plano da apresentação contra o pleito presidencial iniciou-se com a reunião ministerial ocorrida em julho - a qual França não estava e, em depoimento posterior, afirmava que não havia aderido ao planejamento do evento. O objetivo da reunião era coagir os Ministros presentes, para que aderissem à narrativa apresentada, promovendo e difundindo, em cada uma de suas respectivas áreas, desinformações quanto à lisura do sistema de votação, utilizando a estrutura do Estado brasileiro para fins ilícitos. Após o comprometimento com seus ministros, o núcleo próximo ao presidente poderia preparar a apresentação a ser exibida à comunidade internacional¹⁶.

Infelizmente, para o presidente e seu grupo próximo, sua tentativa de reeleição fracassou. O período entre esse momento até a sucessão do novo Governo eleito foi tomado pelo extremo silêncio. De fato, entre os dias 30 de outubro de 2022 a 1 de janeiro de 2023 - dia da posse, as poucas aparições públicas de ocupantes de cargos no Planalto se resumiam a propagação de comentários dúbios para os simpatizantes do bolsonarismo que esperavam uma atitude mais energética em prol de frear a proclamação da chapa encabeçada pelo presidente eleito Lula. Porém, diferentemente do presidente derrotado e de inúmeros ministros, Carlos França representou um apreço aos ritos democráticos, e trabalhou em apoio à condução do seu sucessor, o embaixador Mauro Vieira.

Nesse sentido, nos últimos meses de 2022, o Ministro não deixou de enfrentar desafios significativos, como o agravamento da guerra entre Rússia e Ucrânia, além de questões habituais de sua pasta, como a abertura de embaixadas e acordos comerciais. Contudo, os eventos de maior relevância foram as reuniões do G20 e da COP27, ambas realizadas em novembro daquele ano. O destaque dessas ocasiões está relacionado ao fato de o Brasil estar presente em ambas, por meio de missões diplomáticas oficiais, embora sem a participação do presidente brasileiro, que optou por manter-se afastado de suas funções até o término de seu mandato. Contudo, sua ausência não foi motivo de grandes considerações, como exemplificado no evento que reuniu as 20 maiores economias do mundo, onde se evidenciava a "irrelevância"

¹⁶ Nesta reunião, expuseram-se questões políticas importantes sobre a presidência de Jair Bolsonaro, como a existência de uma ABIN paralela, e o constrangimento de setores governistas por não conseguirem apontar nenhuma fraude no sistema eleitoral brasileiro.

do mandatário brasileiro, que, até aquele momento, não havia conseguido agendar nenhuma reunião bilateral. Na cúpula do clima, o protagonismo foi assumido pelo presidente eleito Lula, formalmente convidado pelos organizadores para representar o país e o futuro governo.

Longe das reuniões multilaterais, Jair Bolsonaro mantinha-se discretamente ativo em solo brasileiro, tramando junto a seus aliados o que viria a ser apurado pela Polícia Federal como a tentativa de golpe de Estado. Mesmo que tal temática já tenha sido introduzida em momentos anteriores neste texto, cabe aqui destacar como a inserção internacional brasileira teve papel fundamental em dificultar que tal objetivo fosse concretizado pelo grupo golpista.

Assim, segundo um relatório produzido pelo jornal britânico *Financial Times*¹⁷, o presidente americano Joe Biden utilizou da relevância política dos Estados Unidos para “transmitir mensagens” ao Planalto para que o resultado do pleito de 2022 fosse respeitado. Certamente, essa questão não se restringia exclusivamente à proteção da democracia no país sul-americano, mas envolvia também a necessidade de evitar o êxito de um movimento antidemocrático, semelhante ao liderado por Trump nos Estados Unidos, que poderia consolidar as bases da extrema-direita em âmbito global. Dessa forma, o Governo democrata esteve presente em reuniões com o Estado brasileiro para respaldar seu posicionamento. Em julho, uma reunião entre os ministros da Defesa do Brasil e dos EUA indicou que os militares brasileiros não teriam apoio de Washington sob Biden, caso tentassem um golpe. Além disso, senadores democratas enviaram uma carta ao presidente, afirmando que, em caso de golpe, toda ajuda seria cortada, incluindo o apoio militar de países da OTAN.

Todavia, como bem analisado pelo jornalista Jamil Chade, o sucesso de tal obstrução teria partido, em grande medida, de atores internos de nosso país. Em resumo, desde 2021, políticos brasileiros, ministros do STF, grupos de ativistas e principalmente, para este trabalho, embaixadores, iniciaram conversas informais com demais nações para que se alertasse sobre uma possível tentativa de golpe no Brasil, similar a invasão do capitólio, ocorrida em 6 de janeiro nos EUA. A investida foi construída em duas frentes principais: a primeira envolveu convencer as embaixadas

¹⁷ HARRIS, B.; POOLER, M.; STOTT, M. *The discreet US campaign to defend Brazil's election*. **Financial Times**, 21 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/07533564-2231-47a6-a7b8-2c7ae330efc5>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

estrangeiras sobre a solidez do processo eleitoral, com uma visita organizada pelo Judiciário a delegados de vários países. Destarte, embaixadores aposentados e dissidências no Itamaraty alertaram diversas nações, deixando claro que o governo Bolsonaro não aceitaria uma possível derrota eleitoral¹⁸.

Por fim, o mês de dezembro representava o início da fase final do mando do chanceler de Bolsonaro. Lula, enquanto presidente eleito, iniciava o processo de transição e, neste mês, anunciou o diplomata Mauro Vieira como futuro mandante do Itamaraty. Em suas primeiras declarações, enquanto chanceler indicado para o futuro cargo de ministro, o embaixador não se esquivou, e deixou claro que seu papel era “trazer o Brasil de volta à cena internacional” (Vieira, 2022, s/p). Nesse sentido, em vias de reconstruir pontes diplomáticas, Vieira confirmou a retomada de relações diplomáticas com a Venezuela a partir de 2023, assim como o retorno a mecanismos de integração regional que haviam sido abandonados na gestão anterior, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Outrossim, a pedido do presidente eleito Lula, o diplomata também confirmou que retomaria as relações com países desenvolvidos, tais como Estados Unidos, China e União Europeia, porém, ressaltando as diferenciações das relações desses parceiros com o novo Governo

O presidente Lula também me orientou a desenvolver e a reaproximar, reconstruir as pontes com os nossos parceiros tradicionais no mundo desenvolvido, com os Estados Unidos, com a China e com a União Europeia. Nós queremos com esses países ter uma relação intensa, produtiva, **mas uma relação equilibrada, uma relação soberana e desenvolver dentro do interesse nacional** todas as possibilidades de cooperação e de troca em todos os sentidos com esses países (Vieira, 2022, s/p., grifo nosso).

As palavras proferidas no resumido discurso já demonstravam que o novo chanceler atuaria a fim de se afastar da carga ideológica que dominou o ministério nos anos passados. Ademais, diferentemente da perseguição coordenada por Ernesto Araújo a diplomatas que atuaram durante os governos do Partido dos

¹⁸ Durante a invasão da sede dos três poderes, em 8 de janeiro de 2023, EUA, Europa e América Latina blindaram Lula e a democracia brasileira, insistindo que não haveria qualquer chance a uma ameaça de ruptura, no que foi considerada uma manobra coordenada de tais nações.

Trabalhadores¹⁹, Vieira afirmou a França que receberia o ministério de forma pacífica, e que seu nome seria cotado para uma nova embaixada no futuro. Tais atitudes, enfim, denotavam a retomada do *status quo* da chancelaria brasileira.

Quanto a Carlos França, o momento imperativo de seus atos se dá a partir de seu discurso de passagem de cargo, ocorrido no início de 2023. Diferentemente da grande maioria dos ministros do Governo anterior, os quais não participaram da posse dos novos indicados ministeriais, o evento referente ao Itamaraty ocorreu solenemente, com a participação e discursos tanto de França como de Vieira, além de uma imensa gama de convidados, bem diferente do momento em que Carlos França assumiu o ministério, ainda em 2021. Dessa maneira, no início de sua despedida, o ex-chefe de cerimônias do MRE agradecia aos presentes e realçava o fortalecimento dos ritos democráticos, os quais enaltecera os grandes momentos de suas vidas institucionais. Assim, o início da reflexão sobre sua própria conduta iniciou-se com a questão envolvendo o que, anteriormente, Carlos França havia afirmado ser sua *diplomacia da saúde*

As circunstâncias em que atuamos, internas e externas, estiveram longe do ideal. A política externa, como qualquer política pública, e como tudo na vida, está sujeita ao imponderável. Mas, com a disciplina de quem sabe aonde quer chegar, fomos capazes de produzir resultados objetivos em cada uma das nossas áreas prioritárias. Por meio de uma verdadeira diplomacia da saúde, contribuimos para que os brasileiros pudessem ser vacinados contra a Covid-19. A conjuntura, como lembrarão todos, era de acirrada competição por insumos médicos. Os gargalos de fornecimento se acumulavam. Um de meus primeiros atos à frente do Ministério foi instituir unidade exclusivamente voltada para a resposta à pandemia (França, 2023, s/p)

Visando destacar a importância do Brasil nas políticas sanitárias internacionais e afastar as críticas sobre a gestão interna da pandemia, o ministro prosseguia

Nossa diplomacia da saúde teve também a marca da solidariedade. Não apenas recebemos doações de diferentes partes do mundo – equipamentos e medicamentos em benefício do nosso Sistema Único de Saúde. Sobressaímos igualmente como doadores, inclusive ao amparo da Covax-Facility, conduzida pela Organização Mundial da Saúde, para a qual fomos o principal doador entre os países em desenvolvimento. A vertente multilateral da nossa diplomacia da saúde não se limitou à OMS (França, 2023, s/p.)

¹⁹ Araújo alocou os embaixadores Antonio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo e o próprio Mauro Vieira em postos de pouca relevância para o Brasil: Egito, Catar e Croácia, respectivamente.

Quanto ao comércio exterior, houve a defesa por uma maior abertura econômica e a críticas ao protecionismo de certas nações, o que na visão do agora ex-ministro influenciou diretamente no impedimento da assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia, durante sua gestão. Além disso, França lembrou a intensificação do esforço brasileiro a fim de se tornar membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Considerando que tal questão também representou um insucesso, o embaixador declarou que não era seu desejo que tal objetivo se transformasse em uma “panaceia”, enfatizando que não existiriam facilitadores que possibilitassem ao Brasil alcançar a condição de membro pleno do grupo, exceto pela capacidade interna de organização e mobilização em prol do desenvolvimento nacional - é bem possível que tal menção, do modo em que fora abordada, desejasse produzir um revisionismo sobre a tentativa brasileira de participar do bloco somente por motivos ideológicos, respaldados por uma possível indicação feita pelos Estados Unidos comandados a época por Donald Trump.

Sobre a tão criticada gestão das políticas voltadas ao meio-ambiente, o chanceler corroborou inicialmente com as afirmações de seu Governo, afirmando que estas não passavam de ataques de países estrangeiros à agricultura brasileira, como a França e seu presidente Emmanuel Macron. Ademais, ressaltou o papel histórico do Brasil da área, bem como o caso específico de sua atuação

Ressalto a contribuição decisiva do Brasil para o que se pôde obter na COP-26 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em Glasgow, estivemos entre os países que tornaram possível a finalização do chamado “Livro de Regras do Acordo de Paris” – aí incluído o artigo sexto, que trata do mercado de carbono. Anunciamos novos e mais ambiciosos compromissos climáticos para o País. E reiteramos a antecipação, de 2060 para 2050, do nosso objetivo de longo prazo de atingir a neutralidade climática. Em suma, o País novamente encarnou o protagonismo que lhe cabe nas tratativas internacionais sobre clima. Uma vez mais, afirmou-se como articulador de consensos, como fonte de soluções (França, 2023., s/p).

Ao final de seu discurso, Carlos França optou por ressaltar as eleições de fóruns internacionais bem sucedidas que ocorreram durante sua gestão. Neste caso, episódios como o do professor Leonardo Nemer Caldeira Brant, eleito juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ); de Rodrigo Mudrovitsch, juiz da Corte Interamericana

de Direitos Humanos; Ilan Goldfajn, primeiro brasileiro eleito para presidir o Banco Internacional do Desenvolvimento, representaram para o diplomata um “um quantificável de indiscutível significado qualitativo” de sua função. Após pouco mais de 15 minutos, a sala foi tomada por uma salva de palmas, e dessa forma, França cedia lugar a Vieira. Com mais um rápido discurso, comum a sua gestão, estava assim terminado o mandato do “tímido” Carlos França a frente do Itamaraty.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o mandato do chanceler Carlos França enquanto ocupante do cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre os anos de 2021 e 2022. Esta análise, de caráter inicial e sem a pretensão de esgotar o assunto, teve êxito em recuperar fontes as quais foram úteis para produzir uma primeira reflexão acerca dos pontos positivos e negativos de tal gestão no Itamaraty. Além disso, foi possível observar como o MRE se tornou um alvo recorrente das investidas do Governo Bolsonaro, seja para consolidar as bases de seu projeto ideológico em políticas públicas, ou, de outra parte, para utilizar sua estrutura em benefício de interesses políticos pessoais.

Quanto a proposta apresentada, é possível estabelecer que se atingiu o objetivo proposto. Primeiramente, verificou-se que mesmo ainda possa ser considerada “incipiente”, a bibliografia acerca da política externa bolsonarista já possui um escopo de relevantes obras que ajudam novos pesquisadores a percorrer caminhos semelhantes no futuro. Ademais, ao adentrar-se ao primeiro ano do mandato de Carlos França, notou-se que este teve que lidar pressões e expectativas de lados antagônicos do sistema político brasileiro. Assim, o novo chanceler agiu rapidamente para afastar figuras mais ideológicas, preservando, ao mesmo tempo, os compromissos internacionais assumidos pelo Governo, visto nos discursos oficiais. Em 2022, a pressão proveniente do setor bolsonarista intensificou-se, resultando no fortalecimento do alinhamento do chanceler ao presidente brasileiro. Essa aproximação tornou-se evidente no uso da estrutura do Ministério, na publicação de obras pela FUNAG e na participação de importantes nomes da diplomacia em reuniões de caráter golpista promovidas por Bolsonaro.

Dessa forma, conclui-se que, pela análise feita, Carlos França não necessariamente representou um posicionamento moderado para a diplomacia brasileira. Em primeiro lugar, é importante destacar que qualquer ministro menos ideologizado que Ernesto Araújo já poderia ser considerado um avanço para as relações internacionais do Brasil naquele período. A questão, nesse contexto, dizia mais respeito ao afastamento de figuras alinhadas a Olavo de Carvalho do que propriamente à avaliação do grau de progressismo do novo chanceler. Assim sendo, não se pode perder de vista que França, enquanto servidor público, decidiu embarcar em um Governo atrelado a pautas conservadoras e conspiratórias tal qual foi o de Bolsonaro. Nesse sentido, por mais que o diplomata tenha conseguido um considerável apoio da mídia e do *establishment* político, não se deve distanciar Carlos França do núcleo de apoiadores de tais condutas para a política brasileira.

Por fim, quanto a sua conduta, aqui vale-se de uma rápida interpretação. É relevante observar como o novo diplomata conseguiu se esquivar das polêmicas que surgiram no âmbito de seu próprio ministério - fator que contribuiu para sua nomeação ao cargo de embaixador no Canadá a partir de 2023. Dessa maneira, se tornou notório sua postura: enquanto postulava aparições públicas, França retomava os melhores ensinamentos de nossas relações internacionais, isto é, a busca pela paz e o seguimento do multilateralismo brasileiro. Quanto a polêmicas de caráter interno de seu ofício, França respondia com o silêncio. Com isso, o chanceler evitava contendas, e deixava o Ministério ser tomado por apoiadores diretos do presidente, em quesitos que em um primeiro momento não tiveram atenção devida da mídia e de órgãos públicos.

Diante disso, não é difícil, neste contexto, compreender que Carlos França não representou necessariamente a salvação da política externa brasileira. Na realidade, sua função serviu muito mais para abafar a ideologia extremamente aparente durante os anos de seu antecessor. Também não seria impreciso afirmar que, embora os diplomatas tenham sido substituídos, a orientação da diplomacia no contexto do bolsonarismo permaneceu inalterada.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Comissão de Relações Exteriores - Ministro Franco França e prioridades do MRE para 2021**. 2021. 1 vídeo (290 min.) publicado pelo canal

Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dR6jtbm_1OY&t=4060s. Acesso em 23 de março. 2025.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU.** Nova York, 21 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em 18 de jan. de 2025.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Presidente Jair Bolsonaro discursa na abertura do debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova York, 20 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-abertura-do-debate-geral-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em 18 de jan. de 2025.

BRASIL. Polícia Federal. **RELATÓRIO Nº 4546344/2024.** 2024. Documento eletrônico. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_8b29beb0cbe247a296f902be2fe084b6/2024/html/politica/golpe-de-estado/relatorio-final-pf-golpe.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL em dia. **Mauro Vieira anuncia primeiros nomes para compor Ministério das Relações Exteriores.** 2022. 1 vídeo (2 min.) publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5nK44bEbVA>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CAMARGO, Isabela. *Em depoimento*, ex-chanceler diz que Planalto pediu reunião com embaixadores em que Bolsonaro atacou sistema eleitoral. **G1**, 28 de jun. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/28/em-depoimento-ex-chanceler-diz-que-planalto- pediu-reuniao-com-embaixadores-em-que-bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral.ghtml>. Acesso em 5 de abril de 2025.

CEYHAN, Fabiana. *Sindicato dos Diplomatas do Brasil emite nota sobre a tentativa de golpe de estado investigada pela PF. O mundo diplomático*, 15 de fev. de 2024. Diplomacia Política. Disponível: <https://omundodiplomatico.com.br/2024/02/15/sindicato-dos-diplomatas-do-brasil-emite-nota-sobre-a-tentativa-de-golpe-de-estado-investigada-pela-pf/>. Acesso em 8 de jan. de 2025.

COSTA, Rodolfo. *Vacina, economia, meio ambiente, Venezuela: o que esperar do discurso de Bolsonaro na ONU*. **Gazeta do Povo**, 21 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/discurso-bolsonaro-assembleia-geral-onu-2021-o-que-esperar/>. Acesso em 5 de jan. de 2025.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. **Discurso de posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 6 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/publicacoes/cadernos-do-chdd>>. Acesso em 15 de jan. de 2025. s/p.

FRANÇA, Carlos. **Discurso do Ministro Carlos França na formatura do Instituto Rio Branco**. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 1º de setembro. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-ministro-carlos-franca-na-formatura-do-instituto-rio-branco-2013-brasilia-1deg-de-outubro-de-2021>. Acesso em 19 de jan. de 2025.

FRANÇA, Carlos. **Discurso do Embaixador Carlos França na transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores ao Embaixador Mauro Vieira**. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2 de jan. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-embaixador-carlos-franca-por-ocasio-da-posse-do-embaixador-mauro-vieira-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>. Acesso em 15 de jan. de 2025.

LUCIZANO, Eduardo. *Ex-ministro de Bolsonaro, Carlos França é nomeado embaixador do Brasil no Canadá*. **CNN**, 24 de Ago. de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-ministro-de-bolsonaro-carlos-franca-e-nomeado-embaixador-do-brasil-no-canada/>. Acesso em 10 de abril de 2025.

MAGALHÃES, D.; CALDEIRA NETO, O. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S. l.], n. 11, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/231>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MORGENSTERN, Flávio. **Guten Morgen 96: Filipe Martins e a geopolítica brasileira**. 2020. 1 vídeo (124 min.) publicado pelo canal Senso Incomum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=06hqBt-tQPk>. Acesso 25 de mar. 2025.

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas**, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 9–25, 2016. DOI:

10.35305/rp.v8i17.222.

Disponível

em:

<https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do ódio**: Crônicas de um Brasil Pós-político. 1. ed. Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SOUZA, Matheus Augusto Goiana de. **A dissonância diplomática brasileira e o mandato de Ernesto Araújo**. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.45, 2022.

VELEDA, R. *Itamaraty promove livro e evento com jurista adepto do antiglobalismo*. **Metrópoles**, 3 de jun. de 2021 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/itamaraty-promove-livro-e-evento-com-jurista-adepto-do-antiglobalismo>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VERENICZ, Marina. *Cai o diplomata que transformou a principal fundação do Itamaraty em um bunker olavista*. **Carta Capital**, 13 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/roberto-goidanich-funag-olavismo-guerra-cultural-itamaraty/>. Acesso 30 de mar. de 2025.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira . Meridiano 47 - **Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 20, 2019. DOI: 10.20889/M47e20011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; BERNAL-MEZA, Raul. Bolsonaro versus Rio Branco: transición hegemónica, América del Sur y política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 11–26, 2020. DOI: 10.18359/ries.4673. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/ries/article/view/4673>. Acesso em: 20 mar. 2025.